

Urgências: Ovar fora do acordo com Governo

Espinho, Montijo, Fafe, Cantanhede, Santo Tirso e Macedo de Cavaleiros são os seis municípios que ontem assinaram, em Lisboa, com o Ministério da Saúde protocolos com vista à reestruturação da rede de urgências. Ovar ficou de fora e deverá mesmo ver a sua Urgência encerrar.

Trata-se de municípios do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, cujas populações têm manifestado o seu desagrado com as alterações nos serviços de urgências, promovendo acções de protesto.

Apesar de a câmara do Montijo ser uma das abrangidas pelos protocolos com o Ministério, mantém-se a marcha de protesto e o "buzinão" hoje, em Lisboa, promovidos pela comissão de utentes de saúde do Montijo e Alcochete.

Urgências: Ovar fora do acordo com Governo

Espinho, Montijo, Fafe, Cantanhede, Santo Tirso e Macedo de Cavaleiros são os seis municípios que ontem assinaram, em Lisboa, com o Ministério da Saúde protocolos com vista à reestruturação da rede de urgências.

Trata-se de municípios do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo, cujas populações têm manifestado o seu desagrado com as alterações nos serviços de urgências, promovendo acções de protesto.

Apesar de a câmara do Montijo ser uma das abrangidas pelos protocolos com o Ministério, mantém-se a marcha de protesto e o "buzinão" hoje, em Lisboa, promovidos pela comissão de utentes de saúde do Montijo e Alcochete.

A reestruturação da rede de urgências, definida por um grupo de peritos, prevê o encerramento de 15 urgências hospitalares, tendo sido a do hospital de Peniche a última a ser conhecida.

A proposta dos peritos propõe três níveis de resposta, sendo que os dois primeiros - Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (SUMC) e Serviço de Urgência Polivalente (SUP) - já existem nos hospitais. A grande novidade é a criação de Serviços de Urgência Básica (SUB), cuja localização tem sido polémica, com os municípios preteridos (como Valência) a protestarem contra a sua instalação em outras autarquias.

O Ministério da Saúde garante que esta reestruturação "trará benefício imediato para mais de 450 mil portugueses (4,5 por cento da população) que hoje estão a mais de 60 minutos de um ponto de urgências".

"Com a rede, apenas 0,6 por cento ficarão a mais de 60 minutos de qualquer serviço de urgência e pelo menos 90 por cento dos portugueses ficarão, no máximo, a 30 minutos de um qualquer serviço de urgência e, no máximo, a 45 minutos dos níveis mais diferenciados da rede, Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (SUMC) e Serviço de Urgência Polivalente (SUP)", assegura o grupo de peritos, numa convicção subscrita por António Correia de Campos.

A seguir ao encerramento de alguns blocos de parto, ocorridos no ano passado, esta reestruturação é a medida mais polémica do ministro da Saúde e a que tem merecido mais manifestações populares de desagrado, como as registadas na semana passada no Alto Tâmega, nomeadamente Chaves, que contesta o encerramento da urgência hospitalar, nos moldes actuais.

A tutela respondeu a estes protestos, garantindo que "a instalação da Rede de Urgências não poderá nunca ocorrer sem que o centro de atendimento telefónico do Serviço Nacional de Saúde, que funcionará 24/24 horas e para todo o território nacional, esteja em pleno funcionamento", e que "o transporte de doentes pré-hospitalar (ambulâncias, Veículos Medicalizados de Emergência e Reanimação, helicópteros) seja reforçado de acordo com as necessidades locais".